

LIDO NO EXPEDIENTE
Em 17/04/2019
PRESIDENTE



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR
Rua Cincinato Pinto, s/n, Centro - Maceió - AL - CEP 57020-050
Fone (82) 3315-2002 - CNPJ: 12.200.267/0001-01

A 3^a COMISSÃO
Em 17/04/2019
PRESIDENTE

OG nº 100 /19.01.1

Maceió-AL, aos 16 de abril de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual
Maceió/AL

A PUBLICAÇÃO
Em 17/04/2019
PRESIDENTE

Assunto: Balanço Geral do Estado
Ref.: Exercício de 2018

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 930/2019
Data: 17/04/2019 - Horário: 16:54
Legislativo

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no inciso XIII do art. 107 da Constituição Estadual, encaminho a Vossa Excelência (em anexo), para apreciação dessa egrégia Casa de Leis, o **Balanço Geral do Estado**, em dois tomos – Volume I Prestação de Contas, Volume II Anexos do Balanço Geral –, onde estão registrados contabilmente todos os atos, fatos administrativos, financeiros e econômicos da gestão governamental do **exercício de 2018**.

Respeitosamente,

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador de Alagoas



GOVERNO DE ALAGOAS
Controladoria Geral
do Estado

RELATÓRIO

Revisão: 01

RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECIAL nº 001/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI E:1500 - 000500/2019

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Análise do Balanço Geral do Estado de Alagoas

Exercício 2018

MACEIÓ-AL, Abril/2019.



GOVERNO DE ALAGOAS
Controladoria Geral
do Estado

RELATÓRIO

Revisão: 01

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 001/2019

ANÁLISE DO BALANÇO GERAL DO ESTADO – EXERCÍCIO 2018

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ

ASSUNTO:

Análise do Balanço Geral do Estado de Alagoas, consolidado em 31 de dezembro de 2018, nos aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial.

GESTORES:

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Governador do Estado

George André Palermo Santoro

Secretário de Estado da Fazenda

Renata dos Santos

Secretaria Especial do Tesouro Estadual

Francisco Luiz Suruagy Motta Cavalcanti

Superintendente Especial da Receita Estadual

Paulo Castro Cardoso da Silva

Superintendente Especial do Tesouro Estadual

RESPONSÁVEIS PELOS SETORES DE FINANÇAS E CONTABILIDADE:

Ricardo André de Holanda Leite

Contador Geral do Estado

Epson Acioli Silveira

Gerente Especial de Finanças



RELATÓRIO

Revisão: 01

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	4
II – ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	5
1. ADMINISTRAÇÃO GERAL	5
1.1. Resultados Fiscais	5
1.2. Resultado Orçamentário	5
1.3. Resultado Primário	7
1.4. Receita Corrente Líquida	9
1.5. Despesa com Pessoal	10
1.6. Dívida Consolidada Líquida	12
1.7. Limites Constitucionais	13
1.8. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE	14
1.9. Ações e Serviços Públicos em Saúde – ASPS	15
2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18
2.1. Orçamento Inicial e Alterações	18
2.2. Execução Orçamentária da Receita	20
2.3. Execução Orçamentária da Despesa	23
3. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	27
3.1. Balanço Orçamentário	27
3.2. Demonstrativo das Receitas Realizadas e Despesas Atualizadas	29
3.3. Análise dos Índices - Balanço Orçamentário	29
3.4. Balanço Financeiro	33
3.5. Balanço Patrimonial	35
3.6. Aspectos Relevantes das Demonstrações Contábeis	36
III – CONCLUSÃO	47



RELATÓRIO

Revisão: 01

I – INTRODUÇÃO

Em atenção ao despacho exarado pela Sra. Controladora Geral (Documento SEI nº 0285575) no Processo Administrativo E:1500.000500/2019, procedemos à análise do Balanço Geral do Estado do Alagoas, do Exercício de 2018, apresentado pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através do Ofício E:26/2019/SEFAZ, de 09/04/2019, em atendimento à Legislação vigente.

A realização dos trabalhos abrangeu a análise do Balanço Geral 2018, acompanhado dos anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64, e dos demonstrativos com limites de despesas com pessoal, saúde, educação, resultado primário e dívida pública, previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

A análise foi efetuada, sob o ponto de vista estritamente técnico, sobre as peças contábeis, comparando-se os resultados apurados com os estimados, de forma a propiciar melhor entendimento quanto à gestão econômico-financeira do Estado.

O Balanço Geral foi elaborado pela Contadoria Geral do Estado – CONGEAL e pela equipe da Superintendência do Tesouro Estadual – STE, com base nos registros contábeis e orçamentários processados no Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil do Estado – SIAFE.

Integram a prestação de contas referente ao exercício de 2018, as demonstrações contábeis pertinentes às execuções orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades que compõem a Administração Direta e Indireta, os anexos relativos à execução da Receita e da Despesa Orçamentária.



II – ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1. ADMINISTRAÇÃO GERAL

1.1. RESULTADOS FISCAIS

Na gestão pública, os Resultados Fiscais compreendem um conjunto de indicadores fiscais que permitem ao gestor avaliar o desempenho e acompanhar as finanças públicas ao longo de sua realização em cada exercício, compondo, assim, um volume de informações que sedimenta a tomada de decisão.

Monitorar os resultados fiscais é uma ferramenta imprescindível aos responsáveis pela Gestão Pública, os quais devem fazer uso do monitoramento para identificar fatos que comprometam o equilíbrio das receitas e das despesas, excessos de gastos que ultrapassarem sua capacidade financeira, revendo as ações e corrigindo os desequilíbrios, quando a necessidade requer, objetivando sempre a supressão dos prejuízos na prestação dos serviços públicos.

Principais resultados fiscais:

- i) Resultado Orçamentário
- ii) Resultado Primário
- iii) Receita Corrente Líquida – RCL
- iv) Despesa Total com Pessoal (v) Dívida Consolidada Líquida – DCL

1.2. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário compreende a diferença entre as Receitas Orçamentárias realizadas e as Despesas Orçamentárias incorridas num determinado exercício financeiro.

O Resultado Orçamentário do Estado de Alagoas no ano de 2018 foi deficitário em R\$158,2 milhões. Os principais fatores que impactaram no resultado orçamentário de 2018 foram:

- ✓ O crescimento dos investimentos estaduais;
- ✓ A manutenção dos pagamentos da dívida pública;
- ✓ O contingenciamento das fontes de operação de crédito;
- ✓ O atraso das transferências de capital.



Apresentamos graficamente o Resultado Orçamentário, conforme demonstrado na Tabela 01 e Gráfico 01 abaixo:

Tabela 01 - Resultado Orçamentário do Estado de Alagoas (2017-2018) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	Δ % 2018/2017
Receita Total	8.015,5	8.439,6	5,3%
Corrente	7.644,8	8.287,1	8,4%
De Capital	370,7	152,5	-58,9%
Despesa Total	7.775,9	8.597,8	10,6%
Corrente	6.865,2	7.310,5	6,5%
De Capital	910,7	1.287,3	41,4%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL	239,5	(158,2)	-166,1%
<i>Resultado Orçamentário Corrente</i>	779,6	976,6	25,3%
<i>Resultado Orçamentário de Capital</i>	(540,0)	(1.134,9)	-110,1%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Gráfico 01 - Resultado Orçamentário do Estado de Alagoas
(2017-2018)

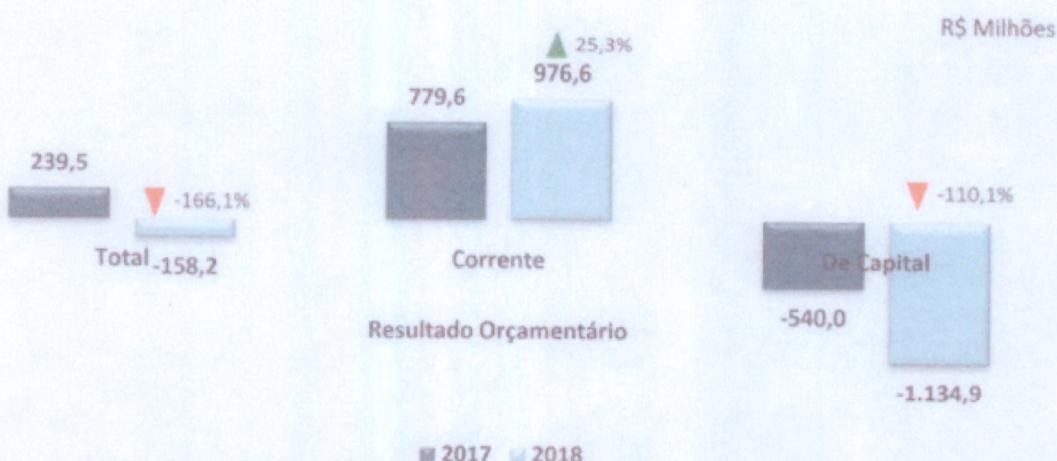


Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



Ao concentrar a análise no Resultado Orçamentário, considerando a segregação em Resultado Orçamentário Corrente e Resultado Orçamentário de Capital, observa-se que a maior parte das Despesas de Capital, tanto em 2017 como em 2018, foi financiada por receitas correntes. Especificamente em 2018, as Despesas de Capital foram financiadas por Superávits de exercícios anteriores, conforme apresentado no Gráfico 02, abaixo:

Gráfico 02 - Saldo Orçamentário do Estado de Alagoas
(2017 - 2018)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

1.3. RESULTADO PRIMÁRIO

A obtenção do Resultado Primário se dá pela diferença entre as Receitas Primárias e as Despesas Primárias, ou seja, é a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

Considerando a mudança de metodologia, no exercício de 2018, para a apuração do Resultado Primário no Brasil, este passou a ser apurado de duas formas: "*Acima da Linha*" e "*Abaixo da Linha*", sendo consideradas despesas pagas como um todo, incluindo as decorrentes dos Restos a pagar processados - RPP e Restos a pagar não processados - RPNP. Na primeira forma, o resultado fiscal é apurado pela diferença dos fluxos e, na segunda, corresponde à variação da dívida fiscal líquida, excluídos os encargos financeiros líquidos.



Nesse contexto, o resultado primário “Acima da Linha”, alcançado em 2018 pelo Estado de Alagoas alcançou o montante de R\$624,9 milhões, conforme apresentado na Tabela 02, a seguir:

Tabela 02 - Resultado Primário de Alagoas – Acima da Linha (2017-2018) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	Δ % 2018/2017
Receitas Totais	8.015,5	8.439,6	5,3%
(-) Receitas Financeiras	312,1	241,6	-22,6%
Receita Primária Total (a)	7.703,4	8.198,0	6,4%
Despesas Totais	7.914,3	8.213,6	3,8%
(-) Despesas Financeiras	470,8	640,5	36,0%
Despesa Primária Total (b)	7.443,5	7.573,1	1,7%
Resultado Primário Acima da Linha (a-b)	259,9	624,9	140,4%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Gráfico 03 - Resultado Primário de Alagoas
(2017-2018)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



O Resultado primário “Abaixo da Linha” é apurado a partir da diferença entre Resultado Nominal Ajustado e a diferença entre Juros e Encargos Ativos e Passivos, conforme destacado na tabela a seguir:

Tabela 03 - Resultado Primário - Abaixo da Linha 2018 – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2018
Resultado Primário - Acima da Linha (a)	624,9
Juros e Encargos Ativos (b)	106,8
Juros e Encargos Passivos (c)	479,4
Resultado Nominal - Acima da Linha (d) = (a) + ((b)-(c))	252,3
Dívida Consolidada Líquida - 2017 (e)	7.000,3
Dívida Consolidada Líquida - 2018 (f)	6.816,3
Resultado Nominal - Abaixo da Linha (g) = (e)-(f)	184,0
Variação Saldo RPP (h)	149,0
Outros Ajustes (i)	217,3
Resultado Nominal Ajustado - Abaixo da Linha (j) = (g) - (h) + (i)	252,3
Resultado Primário - Abaixo da Linha (k) = (j) - ((b)-(c))	624,9

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Considerando o Resultado Primário obtido em 2018, o Estado de Alagoas apresentou o 4º melhor resultado primário em termos relativos, quando observada a relação Resultado Primário/ Receita Corrente Líquida – RCL dos estados. Com esse resultado, destaca-se que Alagoas realizou o quarto maior esforço fiscal do país dentre os estados no último exercício encerrado.

1.4. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida – RCL indica o montante de recursos que o Estado teria disponível para arcar com suas obrigações. Com relação à RCL, em 2018, o resultado do Estado de Alagoas foi de R\$7.963,0, observando-se uma variação positiva em 8,4% em relação ao resultado auferido com o encerramento do Exercício de 2017.



RELATÓRIO

Revisão: 01

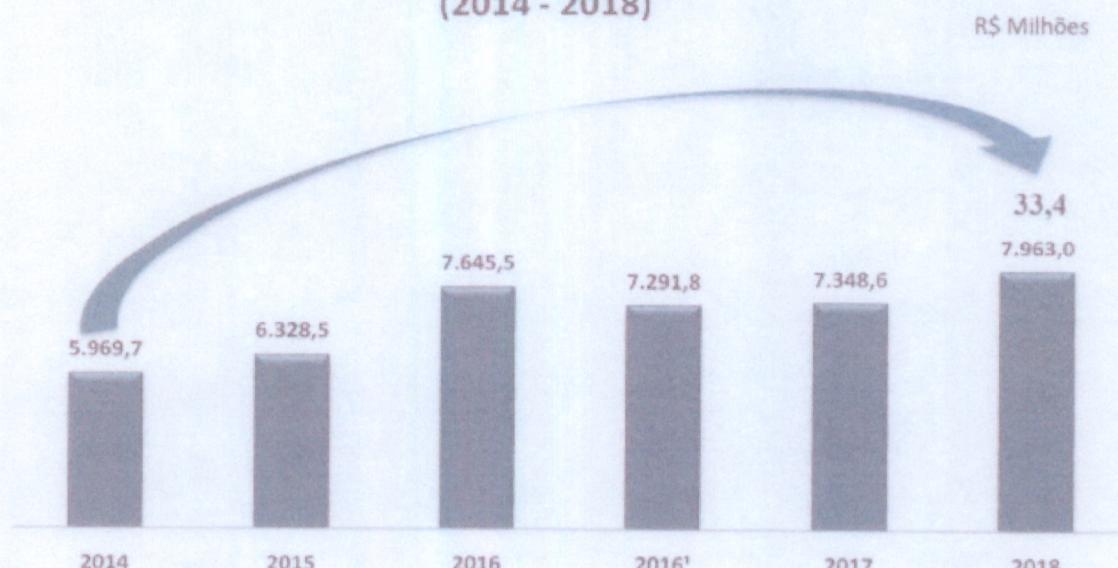
Tabela 04 - Receita Corrente Líquida – 2017/2018

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	Δ % 2018/2017
Receita Corrente	10.002,9	10.844,6	8,4%
(-) Deduções	2.654,3	2.881,6	8,6%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.348,6	7.963,0	8,4%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Dados observados referentes aos cinco últimos exercícios financeiros informa uma evolução, em termos percentuais, de 33,4% da Receita Corrente Líquida entre os anos de 2014-2018.

**Gráfico 04 - Evolução da Receita Corrente Líquida - RCL
(2014 - 2018)**



Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

1.5. DESPESA COM PESSOAL

O art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF determina como limite máximo o percentual de 60% para a despesa global com pessoal, enquanto o art. 20 determina a repartição desse limite global entre os poderes, cujos valores na esfera estadual são:

- ✓ Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado = 3%;
- ✓ Judiciário = 6%;
- ✓ Ministério Público = 2%; e
- ✓ Executivo = 49%



Tabela 05 - Limites da Despesa com Pessoal em Relação à Receita líquida Corrente 2018/2017

Especificação	Limite de Alerta	Limite Prudencial	Limite Máximo
Despesa Líquida com Pessoal - Poder Executivo	44,10%	46,55%	49,00%
Despesa Líquida com Pessoal - Consolidado Geral	54,00%	57,00%	60,00%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

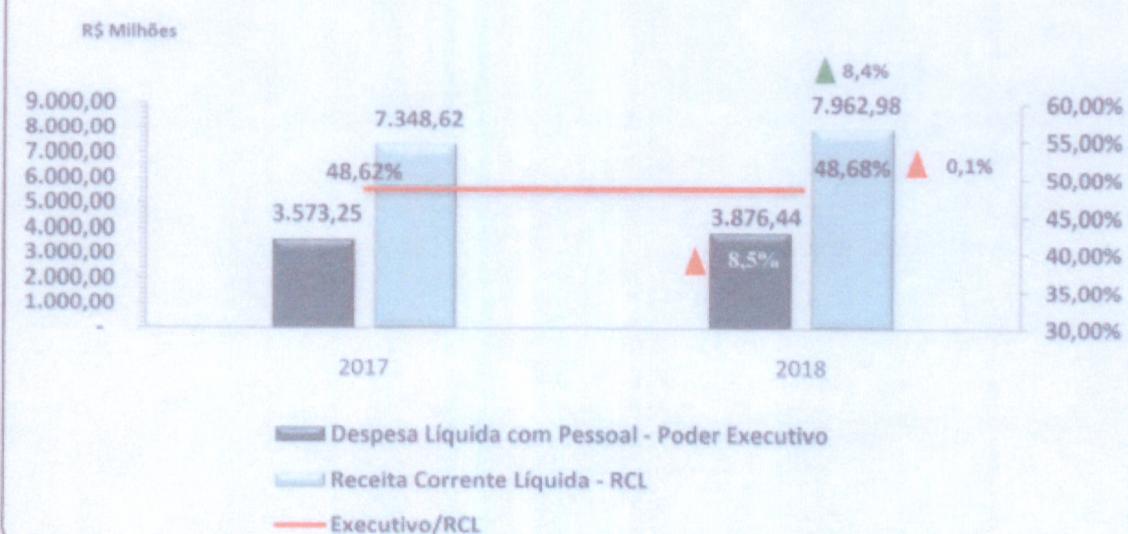
Considerados os limites estabelecidos na LRF, no que se refere à Despesa com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, observa-se que a Despesa Líquida com Pessoal referente ao Poder Executivo não atingiu o limite máximo estabelecido de acordo com a repartição entre os Poderes, conforme apresentado na Tabela 06 a seguir:

Tabela 06 - Índice de Pessoal - Estado de Alagoas (2017-2018)

Especificação	2017	2018	Variação (%)
Despesa Líquida com Pessoal - Poder Executivo	3.573,25	3.876,44	8,5%
Receita Corrente Líquida - RCL	7.348,62	7.962,98	8,4%
Executivo/RCL	48,62%	48,68%	0,1%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Gráfico 05 - Índice de Pessoal - Estado de Alagoas (2017-2018)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



Destaca-se que, em 2018, as despesas que compõem o índice do Poder Executivo aumentaram 8,5% com relação a 2017. No entanto, o crescimento dos índices de pessoal (Executivo/RL) entre os exercícios financeiros foi de apenas 0,1%, fato evidenciado pelo aumento da Receita Corrente Líquida que foi proporcionalmente superior ao aumento das despesas com pessoal.

1.6. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

O Demonstrativo da Dívida Consolidada é a dívida pública composta pelas obrigações financeiras do Estado, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização de prazo superior a doze meses. Nesse valor não são computadas as dívidas contraídas pelas empresas estatais. Já a Dívida Consolidada Líquida – DCL representa o total da dívida consolidada, acrescida dos restos a pagar processados do exercício, deduzidas as disponibilidades e os haveres financeiros.

Nesse contexto, a Dívida Consolidada Líquida do Estado de Alagoas totalizou R\$6.816,3, correspondendo ao percentual de 85,59% da Receita Corrente Líquida em 2018, atendendo ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal, que é de um endividamento máximo de 200%.

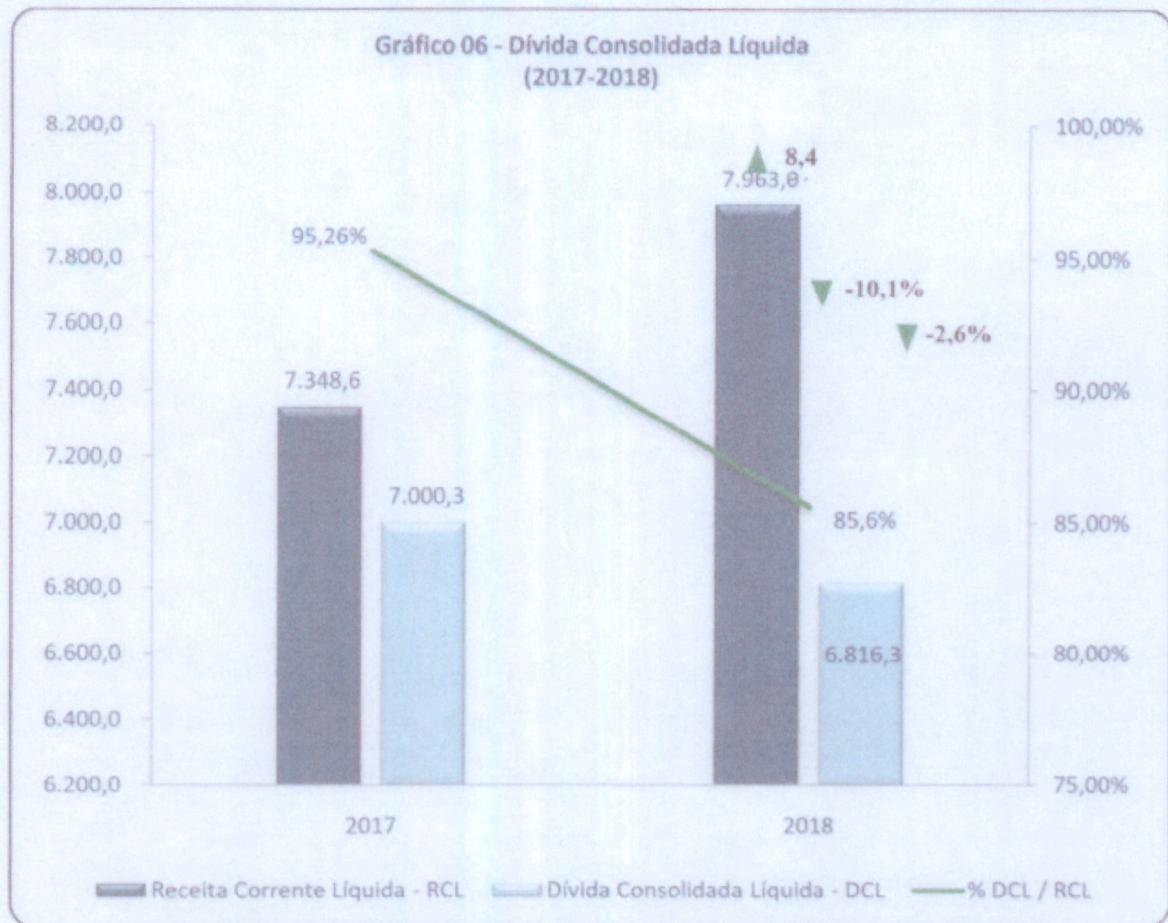
O Estado de Alagoas manteve uma relação Dívida Consolidada Líquida – DCL / Receita Corrente Líquida – RCL abaixo de 100, como já atingido em 2017.

Tabela 07 - Dívida Consolidada Líquida - 2017-2018

Discriminação	2017	2018	Δ % 2018/2017
Receita Corrente Líquida - RCL	7.348,6	7.963,0	8,4%
Dívida Consolidada Líquida - DCL	7.000,3	6.816,3	-2,6%
% DCL / RCL	95,3%	85,6%	-10,1%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

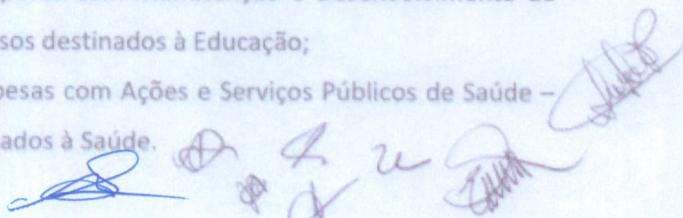
É importante destacar o comportamento da Dívida Consolidada Líquida que teve um decréscimo de 10,1%, comparando os exercícios de 2017 e 2018.



1.7. LIMITES CONSTITUCIONAIS

Os dispositivos legais brasileiros que compõem o arcabouço orçamentário estabelecem áreas onde há a obrigatoriedade de aplicação de um valor mínimo de recursos ao longo do exercício. A estas obrigações correspondem as Vinculações Orçamentárias. As principais vinculações orçamentárias estabelecidas na Constituição Federal se referem à Educação e à Saúde. Para a Educação foi estabelecido um limite mínimo a ser aplicado de 25%; para a Saúde, 12%. São os seguintes demonstrativos que refletem os resultados das vinculações:

- I. Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino – MDE, referentes aos recursos destinados à Educação;
- II. Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, referente aos recursos destinados à Saúde.





1.8. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO – MDE

Conforme se observa na tabela apresentada abaixo, o Estado aplicou 25,9% da Receita Líquida de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, percentual este acima do limite constitucional nos exercícios analisados.

Tabela 08 - Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – 2017-2018

Discriminação	2017	2018	Δ % 2018/2017
Despesa em MDE	1.155,9	1.274,8	10,3%
Receita Líquida de Impostos (b)	7.092,3	7.674,4	8,2%
% Aplicação MDE 2018 (a) / (b)	25,7%	25,9%	0,8%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

No Estado de Alagoas, a despesa considerada para fins de apuração do limite constitucional foi decomposta como apresentada na tabela que segue:

Tabela 09 - Comparativo da Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – 2017-2018

Discriminação	2017	2018	Δ % 2018/2017
Despesa em MDE	1.155,9	1.274,8	10,3%
(-) Deduções	(665,7)	(711,7)	6,9%
Resultado Líquido Transf. ao Fundeb	(767,8)	(863,7)	12,5%
Custeadas com Complementação Fundeb	92,3	148,5	61,0%
Cancelamentos RP	2,9	0,0	-99,9%
Receita Aplicação Financeira	6,9	3,5	-50,1%
Total Aplicação MDE (a)	1.821,6	1.986,5	9,1%
Receita Líquida de Impostos (b)	7.092,3	7.674,4	8,2%
% Aplicação MDE 2018 (a) / (b)	25,7%	25,9%	0,8%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



RELATÓRIO

Revisão: 01

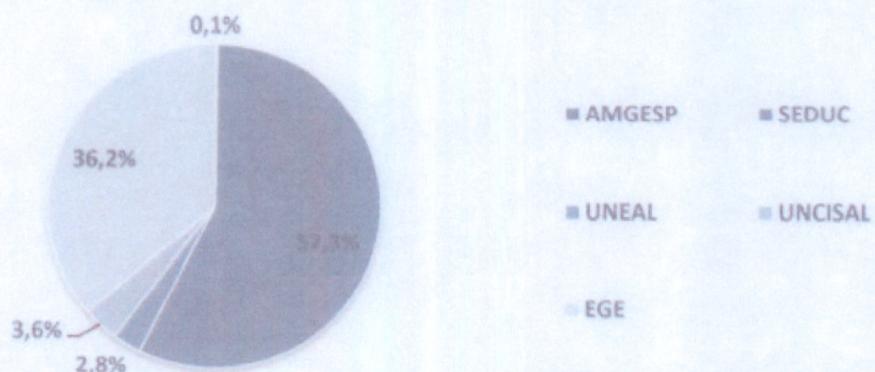
Sobre os recursos destinados por Unidade Gestora em 2018 no Estado de Alagoas, conclui-se que 57,3% foram destinados para a Secretaria Estadual de Educação.

Tabela 10 - Aplicação em MDE por Unidade Gestora (2017-2018) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2018/2017
	2017	% PART.	2018	% PART.	
AMGESP	1,5	0,1%	1,7	0,1%	12,7%
SEDUC	663,1	57,4%	730,0	57,3%	10,1%
UNEAL	34,2	3,0%	35,7	2,8%	4,4%
UNCISAL	46,9	4,1%	45,3	3,6%	-3,4%
FAPEAL	-	0,0%	0,1	0,0%	-
EGE - Encargos Gerais	410,3	35,5%	462,1	36,2%	12,6%
APLICAÇÃO EM MDE POR UNIDADE GESTORA	1.155,9	100,0%	1.274,8	100,0%	10,3%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Gráfico 07 - Aplicação em MDE por Unidade Gestora
(2017-2018)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

1.9. AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE - ASPS

No demonstrativo do gasto com Saúde, o Estado aplicou 12,2% da Receita Líquida nas despesas em Ações e Serviços de Saúde, totalizando R\$933,2 milhões, quando o limite mínimo é de



RELATÓRIO

Revisão: 01

12%. Observa-se que a aplicação em Saúde no exercício de 2018 teve um acréscimo de 6,6% em relação ao exercício anterior, o que representa um volume de recursos no valor de R\$57,7 milhões.

Dos recursos aplicados em saúde, constatou-se que as áreas que tiveram uma maior destinação, foram às áreas de Administração Geral em Saúde e Assistência Hospitalar Ambulatorial.

Tabela 11 - Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde – R\$ Milhões

Discriminação	2017	2018	Δ % 2018/2017
Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (a)	875,5	933,2	6,6%
Total das Receitas para Aplicação do Índice (b)	7.092,3	7.674,4	8,2%
% Aplicação ASPS (a) / (b)	12,3%	12,2%	-1,5%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Tabela 12 - Aplicação por Sub-Função – R\$ Milhões

Sub-Função	2018	%
Planejamento e Orçamento	-	0,00%
Administração Geral	336,0	36,01%
Normatização e fiscalização	0,1	0,01%
Tecnologia da Informação	0,9	0,10%
Formação de Recursos Humanos	0,1	0,01%
Atenção Básica	19,8	2,12%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	463,0	49,61%
Supporte Profilático e Terapêutico	58,5	6,27%
Vigilância Epidemiológica	4,3	0,46%
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	-	0,00%
Outros Encargos Especiais	50,5	5,41%
% Aplicação ASPS (a) / (b)	933,2	100,0%

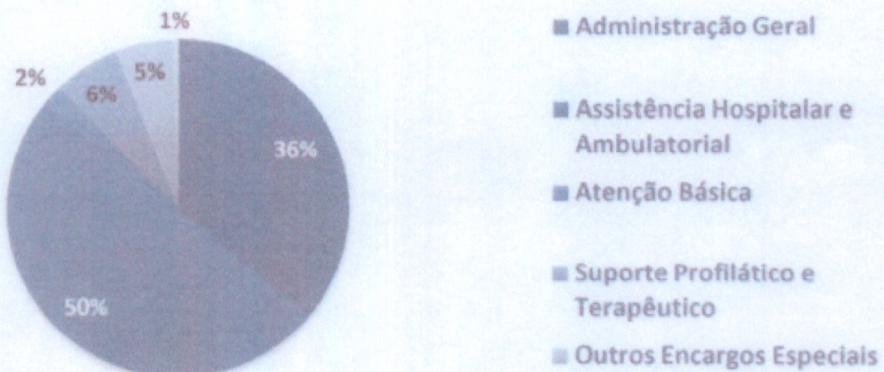
Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



RELATÓRIO

Revisão: 01

Gráfico 08 - ASPS por Sub-Função



Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



RELATÓRIO

Revisão: 01

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. ORÇAMENTO INICIAL E ALTERAÇÕES

A Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 7.986/2018, de 24 de janeiro de 2018, estimou a receita do Orçamento Geral do Estado de Alagoas no valor de R\$10.215 milhões, ao tempo em que fixou a despesa em igual monta. Ao longo do Exercício, de forma a viabilizar as metas e prioridades da Administração Estadual, o orçamento foi alterado por meio de Créditos Adicionais (Lei nº 8.813/2018, art. 1º) que estabeleceu o limite de 30%. Entretanto, foi utilizado o montante de R\$2.693 milhões, que equivale a 26,36%.

Observa-se que a receita foi reestimada para R\$10.084 milhões, cujo decréscimo foi de R\$802 milhões. Enquanto que na despesa houve um acréscimo de R\$2.693 milhões, ou seja, a despesa autorizada aumentou, passando para R\$11.412 milhões. Conforme demonstrado a seguir nas Tabelas 13 e 14:

Tabela 13 - Receita Estadual (Previsão x Realização) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	% REALIZADO (c) / (b)
Receitas Correntes (a)	11.569	12.340	12.489	101,2%
Receita Tributária	4.670	4.946	5.124	103,6%
Receita de Contribuições	1.916	1.961	1.897	96,7%
Receita Patrimonial	264	268	166	61,8%
Receita Agropecuária	-	-	-	0,0%
Receita de Serviços	161	175	203	116,1%
Transferências Correntes	4.567	4.897	5.022	102,5%
Outras Receitas Correntes	90	92	78	84,3%
Receita de Capital (b)	914	914	152	16,7%
Operações de Crédito	366	366	134	36,7%
Alienação de Bens	-	-	2	3088,0%
Amortização de Empréstimos	-	-	1	-
Transferências de Capital	548	548	16	2,9%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Deduções (c)	2.368	2.368	2.557	108,0%
Formação do FUNDEB	1.501	1.501	1.390	92,6%
Transferências a Municípios	867	867	1.168	134,7%
TOTAL DA RECEITA = (a) + (b) - (c)	10.215	10.886	10.084	92,6%

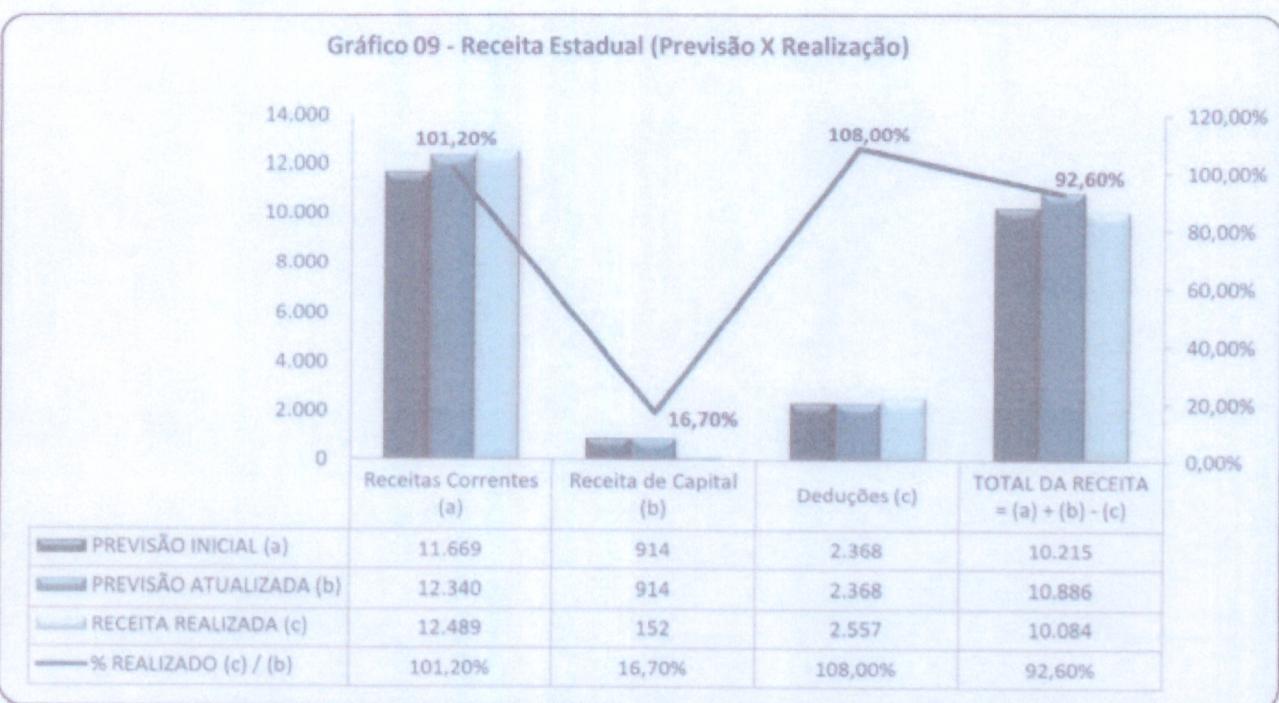
Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



RELATÓRIO

Revisão: 01

Gráfico 09 - Receita Estadual (Previsão X Realização)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Tabela 14 - Despesa Estadual (Previsão x Realização) – Em Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA
Despesas Correntes	8.549	9.543	9.105	9.037
Pessoal e Encargos Sociais	6.431	6.919	6.716	6.716
Juros e Encargos da Dívida	377	327	326	326
Outras Despesas Correntes	1.742	2.296	2.062	1.994
Despesas de Capital	1.629	1.868	1.293	1.232
Investimentos	1.356	1.543	971	910
Inversões Financeiras	6	11	9	9
Amortização da Dívida	267	313	313	313
Reserva de Contingência	37	1	-	-
TOTAL DA DESPESA	10.215	11.412	10.398	10.269

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



Gráfico 10 - Despesa Estadual (Previsão X Realização)

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA
■ Despesas Correntes	8.549	9.543	9.105	9.037
■ Despesas de Capital	1.629	1.868	1.293	1.232
■ Reserva de Contingência	37	1	0	0
■ TOTAL DA DESPESA	10.215	11.412	10.398	10.269

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Tabela 15 - Limite de Créditos Adicionais – R\$ Milhões

Discriminação	Valor
Orçamento Inicial - Lei 7.986/2018	10.215
Limite - 30% - Lei 8.813/2018 (Art. 1º)	3.064
Créditos Adicionais	2.693
% Realização de Créditos	26,36%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018.

2.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

A seguir, destacamos as receitas consolidadas de toda a Administração Estadual, de acordo com a Tabela 16, na qual constam as espécies de receitas, os valores orçados e realizados, assim como os percentuais de realização e de variação:

Assinatura 1 (Azul) Assinatura 2 (Preto) Assinatura 3 (Preto)

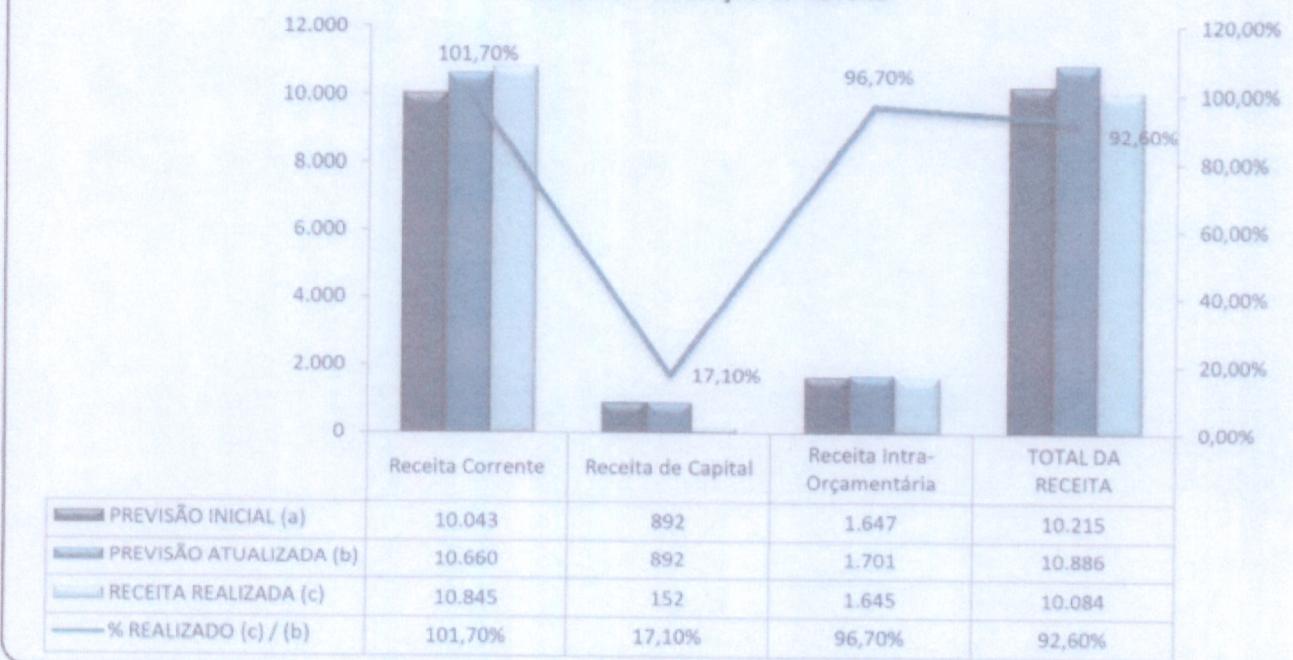


Tabela 16 - Execução da Receita – Em Milhões

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	% REALIZADO (c) / (b)
Receita Corrente	10.043	10.660	10.845	101,7%
(-) Deduções - Formação Fundeb	1.501	1.501	1.390	92,6%
(-) Deduções - Transferências Municipais	867	867	1.168	134,7%
Receita de Capital	892	892	152	17,1%
Receita Intra-Orçamentária	1.647	1.701	1.645	96,7%
Corrente	1.626	1.679	1.645	98,0%
de Capital	21	21	-	0,0%
TOTAL DA RECEITA	10.215	10.886	10.084	92,6%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018.

Gráfico 11 - Execução da Receita



Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

- a) A receita realizada no Exercício de 2018 compreendeu um total de R\$10.084 milhões, enquanto que a de 2017 foi de R\$10.666 milhões, o equivalente a -5,5% do total arrecadado.
- b) Observa-se uma redução na Receita Corrente em **Contribuições**, onde foi arrecadado R\$278,7 milhões em 2018, enquanto que em 2017 foi arrecadado R\$ 274,2 milhões, cujo percentual de variação foi de 1,6%.



- c) Quanto à Receita de Capital, observa-se um acréscimo proveniente de Operações de Crédito.
- d) Destacam-se como maiores fontes de Receitas do Estado, as Tributárias e as Transferências Correntes, no montante de R\$7.595 milhões, representando 91,64% do total da Receita prevista.

Tabela 17 - Comparativo da Arrecadação Estadual (2017-2018) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA	RECEITA	Δ %
	REALIZADA 2017	REALIZADA 2018	2018/2017
Receita Corrente	10.003	10.845	8,4%
(-) Deduções - Formação Fundeb	1.285	1.390	8,2%
(-) Deduções - Transferências Municipais	1.074	1.168	8,7%
Receita de Capital	371	152	-58,9%
Receita Intra-Orçamentária	1.577	1.645	4,3%
Corrente	1.575	1.645	4,4%
De Capital	1	-	-100,0%
TOTAL DA RECEITA	9.592	10.084	5,1%
TOTAL DA RECEITA (exceto Intra-Orçamentária)	8.015	8.440	5,3%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Tabela 18 - Receita Corrente (2017-2018) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	Δ %
			2018/2017
Receita Tributária Líquida	3.053	3.336	9,3%
Receita de Contribuições	274	279	1,6%
Receita Patrimonial	220	159	-27,6%
Receita Agropecuária	-	-	0,0%
Receita de Serviços	193	184	-4,5%
Transferências Correntes Líquidas	3.807	4.259	11,8%
Outras Receitas Correntes	96	70	-27,3%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE	7.544	8.287	8,4%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



2.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Visando as boas práticas da Gestão Pública, o controle das despesas é essencial para o bom desempenho financeiro e econômico do Estado, buscando a efetividade nas prestações dos serviços. Vislumbra-se que o Estado efetuou uma boa previsibilidade na sua Dotação Inicial do Exercício de 2018, tendo em vista que sua dotação atualizada foi de R\$11.412,30, sendo 70,30% investidos em Despesas Correntes e 12,38% investidos em Despesas de Capital.

Tabela 19 - Execução da Despesa Estadual – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESA EMPENHADA (c)	% REALIZADO
				(c) / (b)
Despesa Corrente	6.958,5	7.711,2	7.310,5	94,8%
Despesa de Capital	1.628,7	1.861,6	1.287,3	69,2%
Despesa Intra-Orçamentária	1.591,0	1.838,5	1.800,6	97,9%
Corrente	1.590,6	1.832,0	1.794,6	98,0%
De Capital	0,4	6,4	6,0	93,8%
Reserva de Contingência	36,7	1,0	-	-
TOTAL DA DESPESA	10.214,9	11.412,3	10.398,5	91,1%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

2.3.1. DESPESAS POR PODERES

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem as Demonstrações Contábeis de todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive o Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública, e das empresas estatais de economia mista dependentes.

Tabela 20 - Execução da Despesa por Poder (2017-2018) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2017	DESPESA EMPENHADA 2018	% Δ 2018/2017
Demais Poderes e Órgãos	887,7	980,8	10,5%
Assembléia Legislativa	182,7	176,7	-3,3%
Tribunal de Contas	67,4	72,8	8,0%
Tribunal de Justiça	459,3	539,5	17,5%
Ministério Público	137,5	151,1	9,9%
Defensoria Pública	40,8	40,6	-0,5%
Poder Executivo	6.888,2	7.617,0	10,6%
TOTAL DA DESPESA	7.775,9	8.597,8	10,6%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



As despesas empenhadas relativas ao Poder Executivo tiveram um acréscimo de 10,6%, ou seja, no exercício de 2017 foi de R\$6.888,2 milhões, enquanto no exercício de 2018 foi para R\$7.617 milhões.

As despesas empenhadas por Poderes, mais o Tribunal de Contas e o Ministério Público, ficaram da seguinte forma: no Poder Legislativo houve uma redução de 3,3% do valor total das despesas empenhadas; enquanto nos demais poderes houve um acréscimo de: Poder Judiciário no percentual de 25%; no Ministério Público, 9,9%; e o Poder Executivo, 10,6%.

2.3.2. DESPESAS POR FUNÇÕES

Analizando as despesas por funções, observam-se as prioridades fixadas pelo Governo do Estado, no tocante aos gastos públicos da Administração Direta, de forma que 88,59% dos recursos foram aplicados nas seguintes funções: Previdência Social (6,9%), Administração (-14,2%), Encargos Especiais (15,78%), Segurança Pública (4,6%), Educação (10,9%), Saúde (18,3%) e Judiciária (12,4%).



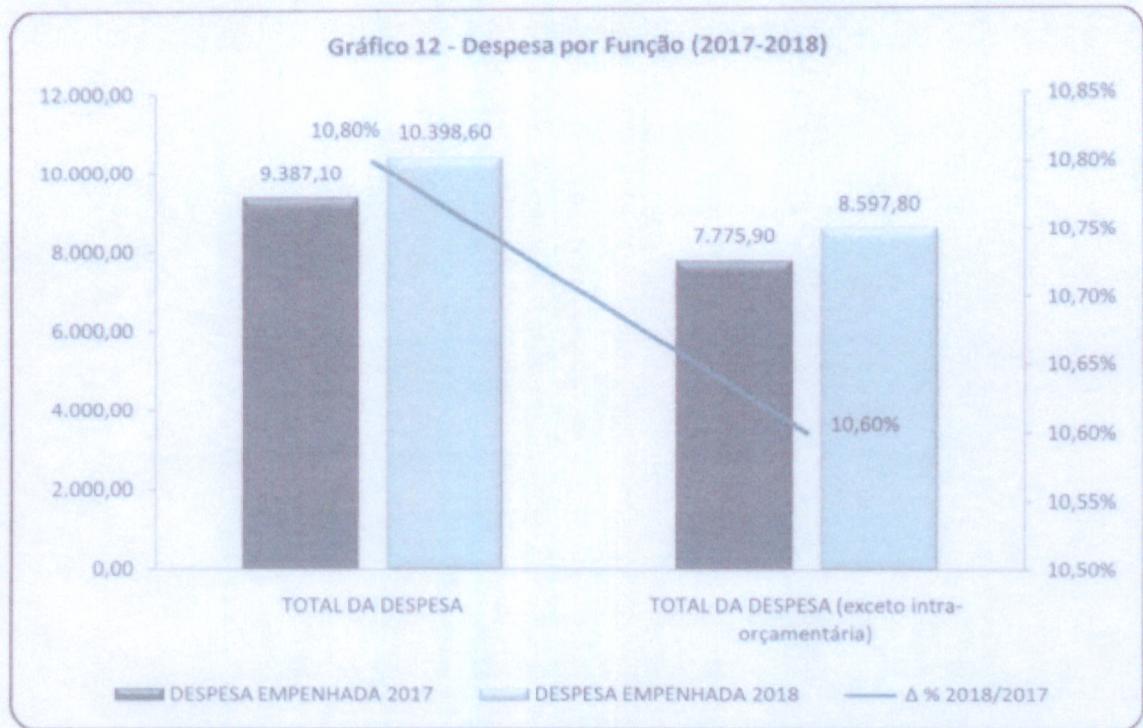
RELATÓRIO

Revisão: 01

Tabela 21 - Comparativo da Execução da Despesa por Função (2017-2018) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA	DESPESA EMPENHADA	Δ % 2018/2017
	2017	2018	
01 - Legislativa	278,1	317,4	14,13%
02 - Judiciária	534,7	601,3	12,46%
03 - Essencial à Justiça	177,9	168,2	-5,45%
04 - Administração	592	508	-14,19%
06 - Segurança Pública	1.300,9	1.361,0	4,62%
08 - Assistência Social	32	66	106,5%
09 - Previdência Social	1.826,6	1.951,9	6,86%
10 - Saúde	1.125,6	1.331,3	18,27%
11 - Trabalho	4,8	5,1	6,25%
12 - Educação	1.199,9	1.331,2	10,94%
13 - Cultura	21	16,2	-22,86%
14 - Direitos da Cidadania	199,1	232,8	16,93%
15 - Urbanismo	22,1	32,4	46,61%
16 - Habitação	5,6	3,3	-41,07%
17 - Saneamento	32,8	53,1	61,89%
18 - Gestão Ambiental	164,8	210,4	27,67%
19 - Ciência e Tecnologia	60,5	54,3	-10,25%
20 - Agricultura	133,4	115,5	-13,42%
21 - Organização Agrária	2,1	2,5	19,05%
22 - Indústria	6,8	7	2,94%
23 - Comércio e Serviços	18,8	16,5	-12,23%
24 - Comunicações	7,7	7,9	2,60%
25 - Energia	-	-	-
26 - Transporte	279,2	431,1	54,41%
27 - Desporto e Lazer	9,7	10	3,09%
28 - Encargos Especiais	1.351,0	1.564,2	15,78%
TOTAL DA DESPESA	9.387,1	10.398,6	10,8%
TOTAL DA DESPESA (exceto intra- orçamentária)	7.775,9	8.597,8	10,6%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018





3. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei Orçamentária Anual – LOA e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

3.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, conforme previsto no art. 102 da lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário do exercício apurado. Apresentaremos a seguir a análise, conforme Tabelas 22 a 24:

Tabela 22 - Receita Orçamentária – R\$ Milhões

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes (I)	7.675.749	8.292.828	8.287.143	(5.684)
Receitas de Capital (II)	892.216	892.216	152.473	(739.743)
Receitas Intraorçamentárias (III)	1.646.960	1.700.505	1.644.872	(55.633)
Subtotal das Receitas (IV) = (I + II + III)	10.214.925	10.885.549	10.084.489	(801.060)
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV + V)	10.214.925	10.885.549	10.084.489	(801.060)
Déficit (VII)	-	-	313.967	313.967
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	10.214.925	10.885.549	10.398.455	(487.094)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO: O Estado apresentou no exercício de 2018 um déficit orçamentário decorrente da diferença entre a execução da receita e da despesa de R\$313.967 milhões.



Tabela nº 23 - Despesa Orçamentária – R\$ Milhões

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes (IX)	6.958.546	7.711.237	7.310.513	7.242.034	6.916.074	400.724
Despesas de Capital (X)	1.628.713	1.861.572	1.287.332	1.226.231	1.152.524	574.240
Despesas Intraorçamentárias (XI)	1.591.015	1.838.480	1.800.610	1.800.546	1.619.808	37.870
Reserva de Contingência (XII)	36.651	1.009	-	-	-	1.009
Reserva do RPPS (XIII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIV) = (IX + X + XI + XII + XIII)	10.214.925	11.412.299	10.398.455	10.268.812	9.688.406	1.013.843
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XVI) = (XIV + XV)	10.214.925	11.412.299	10.398.455	10.268.812	9.688.406	1.013.843
Superávit (XVII)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVIII) = (XVI + XVII)	10.214.925	11.412.299	10.398.455	10.268.812	9.688.406	1.013.843

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA: A diferença entre a despesa fixada e a despesa executada foi de R\$1.013.843 milhões, sendo a despesa fixada o autorizado máximo para o exercício; tem-se por consequência a economia orçamentária do Estado.

Tabela nº 24 - Comparativo das Receitas e Despesas Orçamentárias – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	Δ % 2018/2017
Receita Total	8.015,5	8.439,6	5,3%
Corrente	7.644,8	8.287,1	8,4%
De Capital	370,7	152,5	-58,9%
Despesa Total	7.775,9	8.597,8	10,6%
Corrente	6.865,2	7.310,5	6,5%
De Capital	910,7	1.287,3	41,4%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL	239,5	(158,2)	-166,1%
Resultado Orçamentário Corrente	779,6	976,6	25,3%
Resultado Orçamentário de Capital	(540,0)	(1.134,9)	-110,1%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



3.2 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REALIZADAS E DESPESAS ATUALIZADAS

A tabela abaixo demonstra a previsão e fixação inicial da Receita e da Despesa Orçamentária, bem como o déficit apurado na previsão.

Tabela nº 25 - Demonstrativo das Receitas Realizadas e Despesas Atualizadas no Balanço Orçamentário – R\$ Milhões

FONTE	2018	2017
Receita Prevista (I)	10.214.925	10.214.925
Receita Realizada (II)	10.084.489	10.665.919
Superávit de Arrecadação (III) = (II-II)	130.436	450.994
Despesas Atualizadas (IV)	11.412.299	11.622.804
Despesas Empenhadas (V)	10.398.455	10.460.635
Economia Orçamentária VI=(IV-V)	1.013.844	1.162.169
Déficit Orçamentário VIII=(II-V)	- 313.966	205.284

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

SUPERÁVIT DE ARRECADAÇÃO: O Estado apresentou no exercício de 2018 um excesso de arrecadação de R\$130.436 milhões, podendo ser verificado pela diferença entre a receita arrecadada e a previsão inicial.

3.3 ANÁLISE DOS ÍNDICES – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Apresentam-se, a seguir, os índices extraídos do Balanço Orçamentário dos exercícios 2017/2018.

3.3.1 Equilíbrio Orçamentário

Tabela 26 - Equilíbrio Orçamentário – R\$ Mil

DESCRÍÇÃO	2018	2017	AH%
Previsão Inicial da Receita	10.214.925	10.242.454	
Dotação Inicial da Despesa	10.214.925	10.242.454	0,00%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



RELATÓRIO

Revisão: 01

De acordo com o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei Orçamentária Anual - LOA deve ser aprovada com o montante da despesa fixada igual ao da receita prevista. Este quociente demonstra que ocorreu esse Equilíbrio Orçamentário nos Exercícios de 2017 e 2018.

3.3.1. Execução da Receita

Tabela 27 - Execução da Receita – R\$ Mil

DESCRÍÇÃO	2018	2017	AH%
Receita Realizada	10.084.489	10.665.919	
Previsão Atualizada da Receita	10.885.549	11.094.973	-3,63%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O Quociente de Execução da Receita calculado para o Exercício de 2018 demonstra que houve insuficiência na arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista Atualizada, o Estado arrecadou R\$0,93. Verifica-se que o mesmo ocorreu em 2017. Este índice em 2018 apresentou uma redução em relação ao exercício de 2017, no percentual de 3,63%.

3.2.2. Desempenho da Arrecadação

Tabela 28 - Desempenho da Arrecadação – R\$ Mil

DESCRÍÇÃO	2018	2017	AH%
Receita Realizada	10.084.489	10.665.919	
Previsão Inicial da Receita	10.214.925	10.242.454	-5,20%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O Quociente de Desempenho da Arrecadação apurado no Exercício de 2018 demonstra que houve insuficiência de arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$1,00 de Receita Inicial Prevista, o Estado arrecadou R\$0,99. Verificando o decréscimo de 5,20% na relação entre 2017, nota-se que a insuficiência na arrecadação no Exercício atual foi maior do que no Exercício anterior.

3.2.3. Utilização do Excesso de Arrecadação

Tabela 29 - Utilização do Excesso de Arrecadação – R\$ Mil

DESCRÍÇÃO	2018	2017	AH%
Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação)	671.128	852.519	
Excesso de Arrecadação	(130.437)	423.465	-355,58%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



RELATÓRIO

Revisão: 01

De acordo com a Lei nº 4320/64, art. 43, §3º, entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do Exercício. O quociente de utilização do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2018 apresenta saldo negativo, uma vez que o Estado apresentou déficit na arrecadação.

3.2.4. Utilização do Superávit Financeiro

Tabela 30 – Utilização do Superávit Financeiro – R\$ Mil

Descrição	2018	2017	AH%
Créditos Adicionais (Superávit Financeiro)	527.831	526.245	
Superávit Financeiro	1.835.212	1.484.741	0,29 23,23%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O quociente de utilização do superávit financeiro apurado para o Exercício de 2018 demonstra que o Estado teve Superávit Financeiro positivo apurado no Balanço Patrimonial do Exercício.

3.2.5. Execução da Despesa

Tabela 31 – Execução da Despesa – R\$ Mil

Descrição	2018	2017	AH%
Despesa Executada	10.398.455	10.460.635	
Dotação Atualizada da Despesa	11.412.299	11.622.804	0,90 1,24%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O quociente de execução da despesa calculado para o Exercício de 2018 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$1.013.844. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a despesa orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado. Pode-se observar que para cada R\$1,00 de Despesa Autorizada, o Estado realizou R\$ 0,91 de Despesa Executada.



3.2.6. Resultado Orçamentário

Tabela 31 – Resultado Orçamentário – R\$ Mil

Descrição	2018		2017		AH%
Receita Realizada	10.084.489		10.665.919		
Despesa Empenhada	10.398.455	0,97	10.460.635	1,02	-4,89%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

No Exercício de 2018, o Estado apresentou déficit orçamentário no montante de R\$313.966.000. O quociente do resultado orçamentário salienta este desequilíbrio ao demonstrar que foi arrecadado 97% da despesa empenhada.

3.2.7. Execução Orçamentária Corrente

TABELA 32 – Execução Orçamentária Corrente – R\$ Mil

Descrição	2018		2017		AH%
Receita Corrente Realizada	9.932.016		10.293.740		
Despesa Corrente Empenhada	9.105.082	1,09	9.548.419	1,08	-1,18%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O quociente da execução orçamentária corrente calculado para o Exercício de 2018 demonstra que para cada R\$1,00 de despesa corrente, o Estado arrecadou R\$1,09 de receita corrente, apresentando um superávit orçamentário corrente, ou seja, a receita corrente suportou as despesas correntes.

O Estado apresentou uma redução de 1,18% em relação ao Exercício anterior, pois mesmo tendo apresentado superávit nos dois exercícios, proporcionalmente, a diferença entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente foi menor em 2018.

3.2.8. Financeiro Real da Execução Orçamentária

Tabela 33 – Financeiro Real da Execução Orçamentária – R\$ Mil

Descrição	2018		2017		AH%
Receita Realizada	10.084.489		10.665.919		
Despesa Paga	9.688.406	1,04	10.281.666	1,04	0,34%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



RELATÓRIO

Revisão: 01

O quociente financeiro real da execução orçamentária apurado para o Exercício de 2018 demonstra que para cada R\$1,00 de despesa paga, o Estado dispõe de R\$ 1,04 de receita realizada. Esse índice indica que a receita realizada foi superior às despesas pagas no Exercício; logo, obtendo um superávit financeiro real.

3.4 BALANÇO FINANCEIRO

Dessa forma, o Balanço Financeiro abrange tanto os Ingressos (receitas orçamentárias e recebimentos extraorçamentários) quanto os Dispêndios (despesa orçamentária e pagamentos extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do Exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o Exercício seguinte na coluna das despesas.

Tabela 34 - Demonstrativo do Balanço Financeiro – R\$ Milhões

INGRESSOS	2018	2017
Receita Orçamentária (I)	10.557.344	10.665.919
Transferências Financeiras Recebidas (II)	10.550.333	12.849.370
Recebimentos Extraorçamentários (III)	6.652.374	18.757.534
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	2.143.421	2.147.642
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	29.903.473	44.420.465
DESEMBOLSOS	2018	2017
Despesa Orçamentária (VI)	10.398.455	10.460.635
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	11.024.997	12.849.265
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	6.450.663	18.967.144
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	2.029.357	2.143.421
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	29.903.473	44.420.465

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

3.4.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO X RESULTADO FINANCEIRO

Tabela 35 - Resultado Orçamentário X Resultado Financeiro – R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	2018
Receitas Orçamentárias (a)	10.557.344
Despesas Orçamentárias (b)	10.398.455
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (c = a - b)	158.889
Saldo Disponível Do Exercício Anterior (d)	2.143.421
Saldo Disponível Para O Exercício Seguinte (e)	2.029.357
RESULTADO FINANCEIRO (f = e - d)	-114.064

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



RELATÓRIO

Revisão: 01

O Resultado Financeiro apurado em 2018 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas ingressos e o somatório das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas dispêndios) foi negativo em R\$114.064 milhões. O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o Exercício seguinte menos o saldo do Exercício anterior. Apresentamos, na Tabela 35, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro do Estado do exercício de 2018.

3.4.1 ANÁLISE DOS ÍNDICES – BALANÇO FINANCEIRO

Apresenta-se a seguir, os índices extraídos do Balanço Financeiro dos exercícios 2018/2017.

3.4.1.1. Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro

Tabela 36 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro – R\$ Mil

Descrição	2018	2017	AH%
Resultado Orçamentário	(313.967)	205.284	
Variação do Saldo em Espécie	(114.064)	(4.200)	-48,64 -105,66%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro demonstra que o Resultado Orçamentário (diferença entre a receita orçamentária e despesa orçamentária) contribuiu negativamente para a Variação do Saldo em Espécie.

3.4.1.2 Resultado dos Saldos Financeiros

Tabela 37 - Resultado dos Saldos Financeiros – R\$ Mil

Descrição	2018	2017	AH%
Saldo que passa para o exercício seguinte	2.029.357	2.143.421	
Saldo do exercício anterior	2.143.421	2.147.642	-5,14

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O quociente do resultado dos saldos financeiros apurado no Exercício de 2018 foi de 0,95, demonstrando que ocorreu déficit financeiro. Quando comparamos com 2017, constata-se que o Estado apresentou o índice de 1,00, revelando uma sutil diferença entre os saldos. Observa-se, ainda, um decréscimo de 5,14% entre os Exercícios. Em valores a diferença apresentada equivale ao montante de R\$114.064 milhões.



RELATÓRIO

Revisão: 01

3.5 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira do Estado. Essa demonstração está regulamentada no artigo 105 da Lei nº 4320/64, demonstrando o Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.

Tabela 38 - Balanço Patrimonial – R\$ Mil

	ATIVO	2018	2017
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.128.697	2.143.421
Créditos a Curto Prazo		766.369	467.988
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0	0
Estoques		246.250	210.972
VPD Pagas Antecipadamente		466	127
Total do Ativo Circulante		3.141.783	2.822.509
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		711.254	683.724
Créditos a Longo Prazo		627.566	600.036
Investimentos Temporários a Longo Prazo		83.688	83.688
Estoques		-	-
VPD Pagas Antecipadamente		-	-
Investimentos		97.260	98.320
Imobilizado		4.603.552	3.801.981
Intangível		72.121	66.984
Diferido		-	-
Total do Ativo Não Circulante		5.484.187	4.651.009
TOTAL DO ATIVO		8.625.969	7.473.517

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
Passivo Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		442.292	293.589
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		362.511	499.106
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		171.374	132.391
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		42.401	4.578
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		356.856	323.325
Total do Passivo Circulante		1.375.434	1.252.991
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		110.649	100.831
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		9.206.242	8.184.977
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		103.289	103.289
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		1.044	1.044
Provisões a Longo Prazo		315.127	241.216
Demais Obrigações a Longo Prazo		64.889	64.889
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo Não Circulante		9.801.241	8.696.247

35 | Página



Patrimônio Líquido

Patrimônio Social e Capital Social	(2.257.151)	(3.693.275)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Reservas de Capital	16.929	16.929
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	(48.157)	(48.157)
Resultados Acumulados	(262.326)	1.248.782
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	-	-
Total do Patrimônio Líquido	(2.550.706)	(2.475.720)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.625.969	7.473.517

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

3.6 ASPECTOS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.6.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos itens demonstrados na Tabela 39:

Tabela 39 – Caixa e Equivalentes de Caixa – R\$ Mil

Descrição	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Conta Única do Tesouro Estadual	235.971	11,09%	132.164	6,17%	78,54%
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	201.033	9,44%	150.433	7,02%	33,64%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.691.693	79,47%	1.860.824	86,82%	-9,09%
TOTAL	2.128.697	100,00%	2.143.421	100,00%	-0,69%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Em 2018, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$2.128.697 mil. Na comparação com o Exercício anterior verifica-se um decréscimo de 0,69%. A conta Aplicações Financeiras, que representa 86,82% do Caixa e Equivalente de Caixa, é composta pela conta Poupança e pelos Fundos de Investimento.

3.6.2 Créditos a Curto Prazo

A rubrica Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.



Tabela 40 – Créditos a Curto Prazo – R\$ Mil

Descrição	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Créditos Tributários a Receber	45.233	63,83%	1.876	4,31%	2310,60%
Clientes	25.617	36,15%	41.556	95,45%	-38,35%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	14	0,02%	102	0,23%	-86,47%
Dívida Ativa Não Tributária	1	0,00%	1	0,00%	0,00%
TOTAL	70.865	100,00%	43.536	100,00%	62,77%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

3.6.1.2 Créditos Tributários A Receber

Compreende os valores relativos a créditos a receber oriundos das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis no curso do Exercício social subsequente. Os tributos são: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições e empréstimos compulsórios. No Exercício de 2018 esta rubrica apresentou uma redução de 2.310,60% em relação ao Exercício anterior.

3.6.1.3 Clientes

Compreende os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorram no curso normal das operações da entidade, representando um direito a cobrar de seus clientes. No Exercício de 2018 esta rubrica apresentou uma diminuição de 38,35% em relação ao Exercício anterior.

3.6.3 Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimentos de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis, deduzido os ajustes de perdas de créditos em longo prazo.

Tabela 41 – Créditos a Longo Prazo – R\$ Mil

Descrição	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Créditos Tributários a Receber	461.286	73,62%	444.627	74,23%	3,75%
Clientes	94.299	15,05%	94.299	15,74%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	48.347	7,72%	48.032	8,02%	0,66%
Dívida Ativa Tributária Líquida	20.186	3,22%	12.047	2,01%	67,56%
Dívida Ativa Não Tributária	2.416	0,39%	-	0,00%	-
TOTAL	626.535	100,00%	599.005	100,00%	4,60%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



Em comparação ao Exercício anterior, os créditos sofreram um acréscimo de 4,60%, variando de R\$599.005 milhões em 2017 para R\$626.535 milhões em 2018.

3.6.4 Imobilizado

Nesta conta registra-se um valor de **R\$4.603 milhões**. Os bens móveis e imóveis foram mensurados com base no valor de aquisição, registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. No nosso entendimento, é necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado, tendo em vista a obrigatoriedade de depreciação/amortização/exaustão de seus bens.

Tabela nº 42 – Imobilizado – R\$ Mil

DESCRÍÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Bens Móveis	970.022	21,07%	907.637	23,87%	6,87%
Bens Móveis	1.084.211	23,55%	1.002.498	26,37%	8,15%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(114.189)	-2,48%	(94.862)	-2,50%	20,37%
Bens Imóveis	3.633.530	78,93%	2.894.345	76,13%	25,54%
Bens Imóveis	3.636.860	79,00%	2.896.928	76,20%	25,54%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(3.330)	-0,07%	(2.583)	-0,07%	28,93%
TOTAL	4.603.552	100,00%	3.801.981	100,00%	21,08%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

3.6.5 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Tabela 43 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo - R\$ Mil

DESCRÍÇÃO	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Pessoal a Pagar	241.119	54,52%	245.671	83,68%	-1,85%
Benefícios Previdenciários a Pagar	5.601	1,27%	-	0,00%	-
Encargos Sociais a Pagar	195.572	44,22%	47.918	16,32%	308,13%
TOTAL	442.292	100,00%	293.589	100,00%	50,65%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

No Exercício de 2018, registrou-se, a título de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, o montante de **R\$442.292 milhões**; representando um acréscimo de 50,56%, em relação a 2017 (R\$293.589). Destaca-se, ainda, neste grupo, a conta **Encargos Sociais a Pagar**, no montante de **R\$195.572 milhões** em 2018, registrando um incremento percentual de 308,13% em relação ao exercício de 2017 (R\$47.918 milhões). Tal majoração deu-se em face da cobertura de déficit financeiro aos fundos financeiro e militar.



3.6.6 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Tabela 44 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo – R\$ Mil

Descrição	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	340.677	93,98%	445.304	89,22%	-23,50%
Financiamentos a Curto Prazo - Externo	21.834	6,02%	53.803	10,78%	-59,42%
TOTAL	362.511	100,00%	499.106	100,00%	-27,37%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Os Empréstimos e Financiamentos no Exercício de 2018 somam R\$362.511 milhões, apresentando uma redução de 27,37% em relação ao Exercício anterior.

3.6.7 Patrimônio Líquido

Compreendem o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria.

Tabela 45 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – 2018 – 2017 - R\$ Mil

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	2018	2017	V H
Ativo (I)			
Ativo Financeiro	2.502.331	2.532.595	-1,19
Ativo Permanente	6.123.639	4.940.922	23,94
Total do Ativo	8.625.969	7.473.517	15,42
Passivo (II)			
Passivo Financeiro	1.017.590	697.383	45,92
Passivo Permanente	10.279.146	9.275.099	10,83
Total do Passivo	11.296.736	9.972.482	13,28
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	-2.670.767	-2.498.964	6,87

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O Patrimônio Líquido apresentou em 2018 um acréscimo de 6,87% em relação ao Exercício anterior, resultando uma variação negativa da ordem de R\$2.670.767 milhões.

3.6.8 Análise dos Índices – Balanço Patrimonial

Em análise ao Balanço Patrimonial, destacam-se os índices de Líquidez, extraídos dos demonstrativos de 2018/2017, como segue:



Tabela 46 – Índices de Liquidez – Balanço Patrimonial 2018/2017 – R\$ Mil

ÍNDICE	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
LIQUIDEZ GERAL	0,34	0,35
LIQUIDEZ CORRENTE	2,28	2,25
LIQUIDEZ SECA	2,11	2,08
LIQUIDEZ IMEDIATA	1,55	1,71
ENDIVIDAMENTO GERAL	1,3	1,33
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA	0,77	0,75
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0,12	0,13

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

a) Liquidez Geral

Tabela 47 – Liquidez Geral – R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	AH%
Ativo Circulante+Ativo Realizável a Longo Prazo	3.853.037	3.506.232	0,35
Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	11.176.675	9.949.237	-2,18%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O índice apresentado demonstra que o Estado de Alagoas, no Exercício de 2018, possuía R\$0,34 de recursos realizáveis a curto e longo prazo, para cada R\$1,00 de sua exigibilidade total. O Estado reduziu em 2,18% sua capacidade de pagamento geral considerando o índice apresentado no Exercício anterior.

b) Liquidez Corrente

Tabela 48 – Liquidez Corrente – R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	AH%
Ativo Circulante	3.141.783	2.822.509	2,25
Passivo Circulante	1.375.434	1.252.991	1,40%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O índice da Liquidez Corrente calculado para o Exercício de 2018 demonstra que para cada R\$1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$2,28 em bens e direitos de curto prazo para pagamento. Logo, verifica-se a capacidade para liquidar todas as suas dívidas de curto prazo, observando-se, ainda, que obteve uma melhora neste índice, na razão de 1,4%, em relação ao exercício anterior.



RELATÓRIO

Revisão: 01

c) Liquidez Seca

Tabela 49 – Liquidez Seca – R\$ Mil

Descrição	2018	2017	AH%
Disponibilidade+Créditos a Curto Prazo	2.895.532	2,11	2.611.536
Passivo Circulante	1.375.434		1.252.991

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O índice de Liquidez Seca calculado para o Exercício de 2018 demonstra que para cada R\$1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$2,11 de recursos circulantes monetários para pagamento.

Pode-se constatar que a capacidade de pagamento do Estado teve um acréscimo de 1% em relação ao Exercício anterior, apesar do aumento do Passivo Circulante. Registre-se, ainda, um aumento das Disponibilidades e Créditos a Curto Prazo, refletindo no resultado do índice.

d) Liquidez Imediata

Tabela 50 – Liquidez Imediata – R\$ Mil

Descrição	2018	2017	AH%
Disponibilidade	2.128.697	2.143.421	
Passivo Circulante	1.375.434	1.252.991	-9,53%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O índice de Liquidez Imediata calculado para o Exercício de 2018 demonstra que para cada R\$1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$1,55 para pagamento imediato.

Em relação ao Exercício anterior, verificou-se um decréscimo de -9,53% da capacidade de pagamento do Estado, ocasionado pelo aumento das obrigações de curto prazo e diminuição das disponibilidades. Apesar desse decréscimo, o Estado consegue manter sua capacidade de pagamento com aproximadamente 50% de folga para cada real de exigibilidades.

e) Índice de Endividamento Geral

Tabela 51 – Índice de Endividamento Geral – R\$ Mil

Descrição	2018	2017	AH%
Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	11.176.675	9.949.237	
Ativo Total	8.625.969	7.473.517	-2,67%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



RELATÓRIO

Revisão: 01

O Quociente de Endividamento Geral, calculado para o Exercício de 2018, demonstra que para cada R\$1,00 de recursos para pagamento, o Estado tem R\$1,30 de obrigações; ou seja, o Governo é financiado, em grande medida, por capital de terceiros, obtendo um passivo a descoberto.

Pode-se observar que ocorreu um decréscimo de -2,67 % no endividamento do Estado em relação ao Exercício anterior, ocasionado principalmente pelo acréscimo do ativo apesar do aumento passivo.

f) Índice de Solvência

Tabela 52 – Índice de Solvência – R\$ Mil

Descrição	2018	2017	AH%
Ativo Circulante+Ativo Não Circulante	8.625.969	7.473.517	0,75
Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	11.176.675	9.949.237	2,74%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O índice de Solvência calculado para o Exercício de 2018 demonstra que, para cada R\$1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe apenas de R\$0,77 de recursos em bens e direitos para a quitação das obrigações. Verifica-se, ainda, um acréscimo de 2,74% na capacidade de pagamento do Estado em relação ao Exercício anterior, ocasionada principalmente pelo acréscimo do ativo total, apesar do aumento do passivo total.

g) Composição do Endividamento

Tabela 53 – Composição do Endividamento – R\$ Mil

Descrição	2018	2017	AH%
Passivo Circulante	1.375.434	1.252.991	0,13
Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	11.176.675	9.949.237	-2,28%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O Quociente de Composição do Endividamento calculado para o Exercício de 2018 demonstra que para cada R\$1,00 do total das obrigações, o Estado tem R\$0,12 de dívidas de curto prazo. Isso indica que as obrigações do Estado são, em sua maioria, de longo prazo.

Verifica-se que ocorreu uma redução de 2,28% de endividamento de curto prazo do Estado em relação ao Exercício anterior.



RELATÓRIO

Revisão: 01

3.6.9 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial de 2018 foi positivo em R\$3.515 milhões, evidenciado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, conforme Tabela 54 abaixo:

Tabela 54 – Demonstração das Variações Patrimoniais – R\$ Mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2018	2017	AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	30.487.009	26.634.777	14,46
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	30.483.494	25.204.187	20,95
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	3.515	1.430.589	-99,75

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

3.6.9.1 Análise dos Índices – Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 55 – Resultado das Variações Patrimoniais – R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas	30.487.009	26.634.777	
Variações Patrimoniais Diminutivas	30.483.494	25.204.187	-5,36%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Em 2018, constata-se que o Estado de Alagoas apresentou equilíbrio entre a Variação Patrimonial Aumentativa - DVA e a Variação Patrimonial Diminutiva – DVP patrimonial depreende-se no quociente do Resultado das variações patrimoniais. Quando comparamos com o Exercício anterior, o Estado apresentou uma redução no percentual de 5,36%.

3.6.9.2 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2018/2017

O Estado apresentou em 2018 um Patrimônio Líquido de R\$2.548 milhões, com uma variação negativa ante 2017 (R\$ -2.473 milhões), sendo R\$78.501 milhões negativos de ajustes de exercícios anteriores e R\$3.515 mil de resultado do exercício, conforme demonstramos na tabela a seguir.

Tabela 56 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – R\$ Mil

Exercícios	Pat. Social/Capital Social	Reserva de Capital	Demais Reservas	Resultados Acumulados	TOTAL
2017	-3.693.275	16.929	-48.157	1.248.782	-2.473.703
	1.436.123	-	-	-1.514.624	-78.501
	-	-	-	3.515	3.515
2018	-2.257.151	16.929	-48.157	-262.326	-2.548.689

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018



3.6.10 Resultado dos Fluxos de Caixa

Tabela 57 – Resultado dos Fluxos de Caixa – R\$ Mil

FLUXOS DE CAIXA	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	26.897.529	41.968.747
Desembolsos	25.957.861	41.214.418
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	939.668	754.330
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	2.418	708
Desembolsos	893.033	624.808
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)	(890.615)	(624.100)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	150.055	124.399
Desembolsos	313.172	258.849
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	(163.117)	(134.450)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I + II + III)	(114.064)	(4.220)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (V - IV)	(114.064)	(4.220)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (IV)	2.143.421	2.147.642
Caixa e Equivalentes de Caixa Final (V)	2.029.357	2.14

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O resultado dos Fluxos de Caixa no Exercício de 2018 foi negativo no montante de R\$114.064 mil, conforme demonstrado na Tabela 57. Apresentamos a seguir a análise dos Fluxos de forma detalhada:

- a) O Fluxo Líquido das Atividades Operacionais evidencia quanto o Governo gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações e fazer novos investimentos. Pode-se observar que o Estado teve um acréscimo de caixa no montante de R\$939.668.000 mil, ou seja, os ingressos financeiros foram superiores aos desembolsos.
- b) O Fluxo Líquido das Atividades de Investimento foi deficitário em R\$890.615 mil. Os ingressos financeiros do fluxo de investimentos somam R\$2.418 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à amortização de empréstimos e financiamentos concedidos no montante de R\$ 893.033 mil.
- c) O Fluxo Líquido das Atividades se Financiamento gerou um decréscimo de caixa de R\$ 163.117 mil. Os ingressos financeiros do fluxo de financiamentos somam R\$ 150.055 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes às operações de créditos, no montante de R\$ 313.172 mil.



3.6.10.1. Análise dos Quocientes – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Tabela 58 – Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial R\$ Mil

DESCRÍÇÃO	2018	2017	AH%
Caixa Líquido Gerado nas Operações	939.668	754.330	0,53
Resultado Patrimonial	3.515	1.430.589	50594,87%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

Verifica-se que apesar do Estado apresentar uma diminuição no fluxo de caixa operacional, o Resultado Patrimonial se encontra superavitário. O ideal é que este quociente esteja próximo de 1, ou seja, quanto menor for a dispersão, melhor será a qualidade do resultado. Em relação ao índice do Exercício anterior, o índice de 2018 apresenta um aumento expressivo impactado pela significativa redução do resultado patrimonial.

3.6.10.2 Capacidade de Amortização da Dívida

Tabela 59 – Capacidade de Amortização da Dívida R\$ Mil

DESCRÍÇÃO	2018	2017	AH%
Caixa Líquido Gerado nas Operações	939.668	754.330	0,076
Total do Passivo	11.176.675	9.949.237	10,89%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida apurado para o Exercício de 2018 foi 0,084, apresentando um sutil incremento em relação a 2017, demonstrando assim que o Estado gerou poucos recursos para pagamento das obrigações de curto e longo prazo. Esse resultado indica que o Estado necessitará captar mais recursos.



3.6.10.3 Atividade Operacional

Tabela 60 – Atividade Operacional - R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	AH%
Caixa Líquido Gerado nas Operações	939.668	754.330	-17,73
Total da Geração Líquida de Caixa	(114.064)	(4.220)	-95,39%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2018

O Quociente da Atividade Operacional apurado para o Exercício de 2018 demonstra que mesmo o caixa líquido gerado nas operações ter sido positivo, o total da geração líquida de caixa se manteve negativo.

Wld & u

S

JL



III – CONCLUSÃO

Examinamos o Balanço Geral do Estado de Alagoas, levantado em 31 de dezembro de 2018, acompanhado dos anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64, e dos demonstrativos com limites de despesas com pessoal, saúde, educação, resultado primário e dívida pública, previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, elaborados pelos responsáveis legais e técnicos registrados na capa deste Parecer.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Os exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como os resultados das ações realizadas.

A análise foi efetuada, sob o ponto de vista estritamente técnico, sobre as peças contábeis, comparando-se os resultados apurados com os estimados, de forma a propiciar melhor entendimento quanto à gestão econômico-financeira do Estado.

Em nossa opinião, com base nos exames realizados, o Balanço Geral do Estado representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como o resultado das ações realizadas.

É o Relatório.

Maceió, 16 de Abril de 2019.

Ana Paula dos Santos Ramos de Oliveira
Assessora de Controle Interno
Matrícula nº 137-6 / CRC-AL nº 5.390

Fabiana Cristina Mendonça de Freitas
Assessora de Controle Interno
Matrícula nº 108-2 / CRC-AL nº 5.204

Isabel Cristina Silva Lins
Assessora de Controle Interno
Matrícula nº 105-8 / CRC-AL nº 6.869

De Acordo:

Adriana Andrade Araújo
Superintendente de Auditagem
Matrícula nº 113-9 / CRC-AL nº 3.919

Esmeraldina Correia da Rocha
Assessora de Controle Interno
Matrícula nº 96-5 / CRC-AL nº 3.509

Iácones Moura de França
Assessora de Controle Interno
Matrícula nº 141-4 / CRC-AL nº 4.309

Viviane Rocha Luna do Nascimento
Assessora de Controle Interno
Matrícula nº 114-7 / CRC-AL nº 5.150



ESTADO DE ALAGOAS

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Superintendência de Auditagem

Rua Barão de Penedo, nº 293, 1º andar - Bairro Centro, Maceió/AL, CEP 57090-340
Telefone: (82) 3315-3630 - www.controladoria.al.gov.br/

Certificado

PROCESSO	E:01500.0000000500/2019
INTERESSADO	Secretaria de Estado da Fazenda
ASSUNTO	Contabilidade: Prestação de Contas

Processo: 1500 - 000500/2019

Certificado nº 007/2019

Exercício: 2018

Unidade Auditada: Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas – SEFAZ/AL

Documento: Balanço Geral do Estado de Alagoas – Exercício 2018

Tipo de Certificado: Regular Sem Ressalvas

Examinamos, quanto à legitimidade e legalidade, o Balanço Geral do Estado de Alagoas, do Exercício de 2018, apresentado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, onde avaliamos sob o ponto de vista estritamente técnico, as peças contábeis, comparando-se os resultados com os estimados.

Os exames foram efetuados de acordo com os demonstrativos que compõem o Balanço Geral, pertinentes às execuções orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Direta e Indireta.

Em nossa opinião, face aos exames aplicados, de acordo com o escopo definido no primeiro parágrafo deste certificado, as contas relacionadas neste processo devem ser consideradas **REGULARES SEM RESSALVAS.**

Adriana Andrade Araújo
Superintendente de Auditagem
CRC/AL nº 3.919 / Matrícula nº 113-9



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Andrade Araújo**,



Superintendente em 16/04/2019, às 17:53, conforme horário oficial de
Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.al.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.al.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código
verificador **0321777** e o código CRC **5570A0BF**.

Processo
nº E:01500.0000000500/2019

Revisão 00 SEI
ALAGOAS

SEI nº do Documento
0321777



ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Rua General Hermes, 80, - Bairro Centro, Maceió/AL, CEP 57020-904
Telefone: (82) 3315.9000 - <http://www.sefaz.al.gov.br/>

DESPACHO

PROCESSO	E:01500.0000000500/2019
INTERESSADO	Secretaria de Estado da Fazenda
ASSUNTO	Contabilidade: Prestação de Contas

Versa o presente processo de encaminhamento por esta Secretaria à Controladoria Geral do Estado do Balanço Geral do Estado, exercício de 2018 para "emissão de relatório e certificado de auditoria, com o parecer do Órgão de controle interno, que deverá consignar qualquer irregularidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas", conforme disciplina o inciso II do art.7º da Lei nº 5.604/94.

Considerando o Relatório da Controladoria Geral do Estado, conforme SEI nº 0321750, bem como o Certificado da Superintendência de Auditagem, conforme SEI nº 0321777, e que os mesmos concluem pela legitimidade e legalidade do Balanço Geral do Estado de Alagoas, do Exercício de 2018, apresentado por esta Secretaria de Fazenda do Estado de Alagoas, onde avaliaram sob o ponto de vista estritamente técnico, as peças contábeis, comparando-se os resultados com os estimados, sigam os autos ao Chefe de Poder Executivo a fim de que Vossa Excelência, conforme preceitua o art.107, inciso XIII da Constituição Estadual, o encaminhe à Assembléia Legislativa Estadual e ao Tribunal de Contas do Estado.



Documento assinado eletronicamente por **Renata dos Santos, Secretária Especial** em 16/04/2019, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.al.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0321839** e o código CRC **20684B22**.

Processo
nº E:01500.0000000500/2019

Revisão
01 SEI/SEPLAG

SEI nº do Documento
0321839